CRÉDITO À
MORTE
A DECOMPOSIÇÃO
DO CAPITALISMO
E SUAS CRÍTICAS
ANSELM JAPPE
TRADUÇÃO
ROBSON J. F. DE OLIVEIRA
hedra

Crédito à morte
A decomposição do capitalismo e suas críticas

Anselm Jappe

Tradução de Robson J. F de Oliveira

hedra

São Paulo, 2013

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Corpo Editorial
Adriano Scatolin,
Bruno Costa, Caio Gagliardi,
Fábio Mantegari, Iuri Pereira,
Jorge Sallum, Oliver Tolle,
Ricardo Musse, Ricardo Valle

Edição Jorge Sallum
Coedição Leda Cartum
Capa Ronaldo Alves Filho
Imagem de capa Foto manifestantes/placas: Marcel·lí Perelló; Jornal: *Evening Standard* - 11 de Maio de 1968
Programação e diagramação em LaTeX Bruno Oliveira
Revisão Ieda Lebensztayn

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L947 Anselm, Jappe
A decomposição do capitalismo e de suas críticas. / Anselm Jappe. –
São Paulo: Hedra, 2013. 242 p.
ISBN 978-85-7715-107-3
1. Filosofia e política. 2. Capitalismo e crise. 3. Robert Kurz. 4. Grupo Krisis. I. Título. II. Anselm Jappe.
CDU 351
CDD 350

EDITORA HEDRA LTDA.
Rua Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)
05416-011 São Paulo SP Brasil
+55 11 3097 8304
editora@hedra.com.br
www.hedra.com.br

Crédito à morte – A decomposição do capitalismo e suas críticas reúne onze artigos publicados em diversas revistas entre 2007 e 2010, a respeito do declínio do sistema capitalista e das consequências (diretas e indiretas) desse fenômeno. Este livro se divide em três partes: na primeira, *Pars destruens*, quatro textos desenvolvem uma visão, a partir de diferentes aspectos, sobre o afundamento do capitalismo e sobre as reações suscitadas a partir disso; a segunda parte, *Pars construens*, examina algumas das respostas recentes ao impasse evidente da sociedade capitalista. Já a terceira e última parte do livro, *Pars ludens*, enfrenta o terreno da arte contemporânea e reflete sobre o papel da cultura nesse cenário de decomposição do capitalismo.

Anselm Jappe é filósofo, ensaísta e professor. Nascido na Alemanha, ele estudou em Roma e em Paris; é membro do grupo alemão *Krisis*, em cuja revista publicou diversos artigos, assim como nas revistas italianas *Il Manifesto* e *L'Indice* ou na francesa *Lignes*. É autor dos livros *As aventuras da mercadoria — para uma nova crítica do valor* (Paris: Éditions Denoel, 2003), *A vanguarda inaceitável: reflexões sobre Guy Debord* (Paris: Éditions Léo Scheer, 2004), entre outros.

Olgária Matos é professora titular da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Possui pós-doutorado pela École de Hautes Études (Paris, França) e é autora de *Os arcanos do inteiramente outro*, *As barricadas do desejo* (ambos da Editora Brasiliense), entre outros.

Robson J. F. de Oliveira, graduado em letras pela Universidade Federal do Ceará, é mestre em psicologia social e autor de *O fetichismo da mercadoria e a crise o potencial utópico na juventude* (dissertação de mestrado). Atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado em psicologia na UERJ sobre Molière, Musil e Beckett.

Sumário

Prefácio, por Olgária Matos 9

Crédito à morte 17

Pars destruens 33

Crédito à morte 35

Violência, mas para quê? 65

Política sem política 87

A princesa de Clèves, hoje 101

Pars construens 127

O «lado obscuro» do valor e do dom 129

«*Common decency*» ou corporativismo? Observações sobre a obra de Jean-Claude Michéa . 155

Decrescentes, só mais um esforço...! 183

De uma utopia a outra 195

Pars ludens 203
O gato, o rato, a cultura e a economia 205
Será que existe arte depois do fim da arte? 227

Prefácio

Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas evoca a "morte a crédito" de Ferdinand Celine e suas experiências de médico de periferia face às misérias e ao apequenamento do homem em um mundo de antíteses, entre o otimismo tecnológico iniciado no século XIX e o fracasso daqueles incapazes de adaptação aos novos tempos do Capital, insidiosamente enredados no endividamento e na miséria. É a partir disso que se desenvolve a ideia de que viver é comprar sua morte a crédito.

Este livro encontra no próprio capital o percurso de sua "decomposição" e "as reações que ela suscita". Do anti-intelectualismo de massa das elites modernas, passando pelo reordenamento do Estado na vida pública, até o enfrentamento da questão do trabalho e da anarquia do Capital, encontramos nas análises de Anselm Jappe a história da desolação do moderno, daqueles privados de solo e de chão. "Exilados transcendentais"

são os deslocados pela aceleração do tempo, pelo fetiche da inovação e do crescimento econômico cego e sua busca de performances.

O trabalho abstrato e o pensamento abstrato, a obsessão em tudo medir e calcular, culminam no desejo de ultrapassar a medida, a vontade de normas e a quantificação das normas no seu ultrapassamento, tudo para "otimizar" o homem. Interrogando-se sobre sua identidade, o indivíduo contemporâneo a encontra liberando-se do finalismo antigo e medieval que orientava na direção da Verdade transcendente e do Bem, com o que se dissolve o ideário clássico à luz dos progressos científicos. Em todos os domínios surge a noção de ir mais longe do que os antecessores, de correr mais depressa, de saltar mais alto, de levantar pesos mais pesados. Diferentemente das "performances" antigas que se incluíam em última instância na finalidade natural e na perfeição natural do atleta, em que não caberia qualquer ultrapassamento dos limites dados pela natureza ao homem, a performance moderna é um traçado inacabado e em aberto, havendo sempre a procura de recordes. Estes, não significando apenas fazer melhor, mas cada vez mais, privam cada um dos usos e do sentido de suas vidas. Circunstância que se manifesta, em particular, como mostra Anselm Jappe, na organização do trabalho. O autor analisa a dimensão existencial e moderna da economia, uma vez que as sociedades tradicionais — como a da Grécia, de Roma e da Idade Média — não se pautavam por ela mas sim pelo tempo livre, o único no qual o indivíduo

poderia responder ao "conhece-te a ti mesmo" para ascender à justa vida e ao bem-viver.

Como o tempo é um bem que não pode ser estocado, o mundo contemporâneo não permite nem mesmo dormir; o tempo devendo ser reinvestido em permanência. Para isso, assiste-se ao surgimento de novas profissões ligadas ao "desenvolvimento pessoal" e indústrias da "imagem de si". Ao assalariado de tempo integral, com seu trabalho estável em uma grande empresa, substitui-se o trabalhador intermitente cuja atividade pode ser remunerada de diversas maneiras, salários diretos, terceirização ou autoempresariamento, o que tende a apagar a diferença entre rendas do capital e rendas do trabalho.

Mas o capital também compra sua morte a crédito por suas desregulamentações permanentes, produtoras de desfunções sociais e sofrimentos morais. Anselm Jappe interpreta, na senda da filosofia crítica do valor do grupo Krisis e posteriormente da *Revista Exit*, seu impacto na devastação da própria intimidade e no que, há algum tempo, se compreendia por "viver". Neste sentido, a forma contemporânea do acúmulo, acréscimo e reposição do capital é perversa, pois todos os valores — cuja origem é extraeconômica — apresentam-se, hoje, produzidos pelo mercado, na hegemonia do "trabalho abstrato". Abstração não significa apenas que o trabalho concreto é subsumido pelo abstrato, ou o trabalho vivo pelo trabalho morto, mas que seus mecanismos de esvaziamento do sentido da produção são ao mesmo tempo perda do saber-viver.

Esse movimento do Capital é abstrato de maneira cabal porque o abstrato produz um sistema de dependência de todos com respeito à lógica do mercado: "o valor", escreve Anselm Jappe, "não é uma 'substância' que se desdobra, mas uma espécie de 'nada' que se alimenta do mundo concreto e o consome".

A questão do trabalho baseado na ideologia de resultados, na otimização do tempo e na superação de si diz respeito às mudanças advindas do "novo espírito do capitalismo" que promoveu as transformações na organização da família, do trabalho e da propriedade — precarização da vida familiar, fim da propriedade durável em virtude do nomadismo urbano e rural, proliferação do trabalho temporário. "Em uma sociedade de mercado, a esfera não-mercantil só existe como esfera subordinada e mutilada. Não é uma esfera de liberdade, mas a serva desprezada e, no entanto, necessária, do esplendor mercantil. Ela não é o contrário do valor, mas seu pressuposto. A esfera do valor e a esfera do não-valor formam, em conjunto, a sociedade do valor. [A vida familiar ou a cooperação de vizinhança] não são o que resta de não alienado (Adorno), nem o que escapou à mercantilização. Trazem consigo igualmente as marcas de uma sociedade fetichista."

Crédito à morte é a ideia que o crédito leva, simultaneamente ao endividamento, à especulação, ao esgotamento dos recursos naturais e à insalubridade das práticas da agricultura — dos agrotóxicos aos transgênicos — correndo-se o risco de morrer por isso. Dada a hegemonia do valor de troca e a universalização do

prestígio do dinheiro como ideal de ego das sociedades contemporâneas, dá-se o fim da busca de autonomia e de esferas não mercantis da vida individual e coletiva: "em toda parte a esquerda fez a paz com as hierarquias do dinheiro e do poder e as considera inevitáveis [...]. Em contrapartida, esta esquerda quis abolir as hierarquias onde elas podem ter um sentido, desde que não sejam [...] modificáveis: as da inteligência, do gosto, da sensibilidade, do talento. É justamente a existência de uma hierarquia de valores o que pode negar e contestar a hierarquia do poder e do dinheiro, a qual, ao contrário, reina sem concorrente na época em que se nega toda a hierarquia cultural".

Nada mais escapando à lógica do Capital, também a ciência vem a ser um instrumento de dominação psíquica e dissolução ética. Administração de empresas e administração de si mesmo obedecem às mesmas leis, de tal modo que a racionalização da produção dos homens se faz a partir do modelo da produção de bens e serviços; e para tornar os indivíduos produtivos segundo o modelo empresarial, cada qual depende de sua capacidade de gerir a si mesmo. Para a gestão de sua subjetividade, as técnicas do desenvolvimento pessoal proliferam com diferentes técnicas, como a análise transacional, a programação neurolinguística ou a inteligência emocional. As empresas se valem cada vez mais dos novos métodos advindos da psicologia pós-behaviorista e das ciências cognitivas, ingressando profundamente na interioridade de cada um, inviabilizando a crítica do consumo e do conforto que o dinheiro

traria. Movimentar-se, mudar com frequência, é mais valorizado do que a estabilidade considerada fracasso, apatia e inação. O "novo espírito do capitalismo", que se separou da ética do trabalho e da poupança, abrange um outro bem, mais fundamental, que é o emprego do tempo. Ele não é mais consagrado aos próximos ou àqueles que nos trazem o prazer de sua companhia lúdica ou afetiva. Intervém, agora, a indústria do entretenimento de massa: "[o] sucesso [da cultura] do 'fácil' [...] não se deve apenas à propaganda e à manipulação, mas igualmente ao fato que tais indústrias vêm ao encontro do desejo 'natural' da criança de não abandonar sua posição narcísica. A aliança entre as novas formas de dominação, as exigências da valorização do capital e as técnicas do marketing são tão eficazes porque se apóiam em uma tendência regressiva já em curso".

Em todos os domínios, observa Anselm, o êxito social se mede pelo viés da competição, sob a pressão de uma engrenagem destrutiva. Cada indivíduo deve dar provas de sua rentabilidade, na incorporação dos valores do mundo econômico: "tudo o que não serve à valorização do capital é um luxo e em tempos de crise o luxo não é de bom tom. Não é uma perversão, mas inteiramente lógico em uma sociedade que fez da transformação do dinheiro em mais dinheiro seu princípio vital". Nessa rede de fetichismos, as reflexões de Anselm Jappe inscrevem-se no campo da crítica da sociedade capitalista contemporânea, em que o crédito é crédito à morte pelos efeitos desagregadores do

mercado e sua lógica da ilimitação: "o capitalismo", escreve Anselm, "é a primeira sociedade na história que se baseia na ausência de todos os limites e que o diz o tempo todo. E hoje começamos a ter a medida do que isso significa".

Observação pungente que requer mais uma vez a crítica da alienação produtivista na atualidade e sua transferência ao "Novo Mundo".

Pois, se é verdade que a Europa não dá mais pauta pela ideia de progresso, os países "emergentes" dão, pois estão inseridos nessa nova reorganização produtiva do tempo e do espaço, e, assim, nesse novo exercício do poder, que se denomina globalização.

Crédito à morte

O declínio do capitalismo, que se tornou uma evidência, nem sempre pode ser encarado como a confirmação das críticas lançadas contra ele por seus tradicionais adversários. Pelo contrário, parece que os velhos antagonistas caminham de mãos dadas com o capitalismo para o mesmo lixo da história. A questão da emancipação social começa a ser colocada de uma maneira nova. É preciso que ela seja repensada. Foi a isso que se propôs a "crítica do valor" elaborada na Alemanha a partir dos anos 1980 pelas revistas *Krisis* e *Exit!* e por seu principal autor, Robert Kurz, bem como por Moishe Postone nos Estados Unidos. Em 2003, publiquei *As aventuras da mercadoria — Para uma nova crítica do valor*, no qual tentei resumir a crítica do valor ao público francófono. Esse livro começa com uma análise dos conceitos fundamentais de Marx — o valor, o trabalho abstrato, o dinheiro, a mercadoria — para chegar, por etapas, a considerações sobre o estado

atual do mundo e de certo modo polemizar com outras maneiras de criticar o capitalismo contemporâneo.

Nos anos seguintes, coloquei esta teoria à prova utilizando-a como grade de leitura para saber se ela permite, mais do que outras abordagens, compreender como anda o mundo. *Crédito à morte* reúne dez das minhas intervenções no debate na França, publicados entre 2007 e 2010. Embora esses textos tenham sido escritos em diferentes momentos, frequentemente sobre um tema já "dado", no fim das contas todos giram em torno do mesmo assunto, sem no entanto se repetir. Podem ser lidos independentemente uns dos outros, já que foram escritos separadamente e que cada um contém algumas explicações sobre seu plano de fundo teórico, isto é, a crítica do valor e do fetichismo da mercadoria. Dessa forma, podem constituir em certo sentido uma introdução à crítica do valor para aqueles que não leram as *Aventuras da mercadoria* nem outros livros desse movimento publicados. Com efeito, cada texto resume brevemente, segundo sua temática, um aspecto diferente da crítica do valor: a teoria da crise, a estrutura da mercadoria, o fetichismo etc. Pareceu-me preferível deixar esses resumos no interior dos artigos em vez de juntá-los numa espécie de introdução, o que teria ao mesmo tempo desarticulado os textos, tornado impossível a leitura independente da sequência e imposto ao leitor a "travessia do deserto" conceitual preliminar.[1]

[1] Com exceção de "O gato e o rato", todos foram ensaios redigidos

Esses textos analisam essencialmente a decomposição do capitalismo contemporâneo e as reações suscitadas por ela. A primeira parte, *Pars destruens*, contém quatro artigos publicados na Revista *Lignes*.[2] "Crédito à morte" foi publicado no número 30 (outubro de 2009) dedicado ao tema da "Crise como método de governo". Este artigo teve uma grande difusão internacional com traduções em italiano, português, grego e holandês. "Violência, mas para quê?" foi publicado no número 29 (maio de 2009) dedicado ao tema da "Violência na política" depois do "Caso Tarnac"[3] também discutido neste artigo. "Política sem política" foi publicado no número 25 (março de 2008), dedicado ao tema da "Decomposição/recomposição políticas". "A princesa de Clèves, hoje" foi publicado em novembro de 2007 no número 23–24 dedicado ao tema "Vinte anos da vida pública e intelectual". Seu título se refere às declarações de Sarkozy que, ainda candidato à presidência da República, julgou escandaloso que a obra de Madame de Lafayette estivesse no programa dos concursos públicos. Essa declaração suscitou uma onda de indignação e de sarcasmos, a ponto de fazer da princesa, mais de três séculos depois, um símbolo da

diretamente em francês e publicados em revistas francesas. Todos foram igualmente revistos para essa publicação.

[2] Para a edição brasileira, optamos por inverter a ordem cronológica dos artigos desta primeira parte do livro. [N.d.E.]

[3] O "Caso Tarnac" refere-se à prisão de nove anarquistas, acusados de terrorismo numa ação policial desmedida, em 11 de novembro de 2008, na cidade de Tarnac, localizada no centro da França. [N.d.E.]

revolta contra a política de Estado em matéria de educação. Esses quatro primeiros artigos mantêm o olhar sobre o afundamento do capitalismo que desembocou na crise de 2008. Com efeito, essa crise de repente deu razão ao aspecto da crítica do valor que sempre tinha suscitado maior descrença, tanto à esquerda quanto à direita: a afirmação de que existe um limite *interno* à produção capitalista. Mas esses ensaios não falam somente da autodestruição do capitalismo e de sua queda na barbárie, mas das reações elas próprias destrutivas e bárbaras suscitadas por essa decomposição. Grande parte daquilo que hoje se veste de crítica do capitalismo é aqui considerado como parte do problema, e não como uma parte da solução: o cidadanismo do tipo ATTAC, a caça aos especuladores e as críticas cujo único alvo é a alta cúpula financeira; mas também as propostas de volta à "política" e à "luta de classes", assim como a invocação de uma violência regeneradora, pela qual a sociedade capitalista seria vencida através do uso de suas próprias armas. Essas reações à crise são globalmente aqui designadas como "populismo"; apesar do visível radicalismo, elas não criticam verdadeiramente as bases da produção capitalista, mas limitam-se a propor reformas, procurar bodes expiatórios, retomar formas de antagonismo que, na verdade, afundaram com o próprio capitalismo, ou estão se degenerando com fanfarrice.

Bem que se poderia ter intitulado a primeira seção deste livro "Não", do mesmo modo que a segunda — a *Pars construens* — "Talvez". Ela examina algumas

das respostas recentes suscitadas pelo impasse evidente da sociedade capitalista e que, do ponto de vista de uma crítica radical da sociedade mercantil, merecem atenção. Em verdade, apesar de seus limites por vezes até graves, essas abordagens parecem capazes de indicar, nem que seja de longe, caminhos rumo à superação real da sociedade capitalista. Dessa forma, trata-se de um "diálogo crítico". "O 'lado obscuro' do valor e do dom" — publicado no nº 34 da *Revue du Mauss* (segundo semestre de 2009), sobre o tema "O que fazer, o que pensar de Marx hoje?" — faz uma comparação, na principal publicação dos teóricos do "dom", entre a teoria do dom — na forma desenvolvida há trinta anos pelo grupo MAUSS (Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais) — e a crítica do valor que tem vários de seus aspectos desenvolvidos nesse artigo. Consequentemente, este artigo pode constituir uma introdução à crítica do valor e ser lido primeiro. "'*Common decency*' ou corporativismo? Observações sobre a obra de Jean-Claude Michéa" foi publicado, depois de breve passagem pelo site da internet do MAUSS, no número 6–7 da revista *Illusio* (2010). Este artigo se dedica à análise de uma das contribuições mais interessantes e originais à crítica social publicadas na França na última década. "Decrescentes, só mais um esforço...!" foi publicado antes, numa versão parcial, no número 258–259 (julho de 2009) da revista espanhola *El viejo topo*, como resposta a uma pesquisa feita sobre o "decrescimento". Ele analisa os méritos e limites dessa proposta que viu seu público crescer fortemente nos

últimos anos. "De uma utopia a outra" foi publicado no número 2 de *D'Ailleurs*, revista da Escola regional de arte de Besançon, dedicada às "utopias". Seu objeto é a ambiguidade do conceito de utopia que caiu novamente nas graças de uma parte do público.

Finalmente, a terceira parte, *Pars ludens*, enfrenta um terreno particular: a arte contemporânea e o papel da cultura no declínio do capitalismo. "O gato, o rato, a cultura e a economia" é fruto de uma conferência proferida em 2008 no México, quando do "V Fórum de arte pública", e publicado no número 263 (dezembro de 2009) de *El viejo topo*. Retomei essa conferência em várias escolas de arte na França, encontrando reações bastante positivas, apesar do muito severo julgamento — ou graças a ele? — feito em relação à arte contemporânea e sua submissão à mercantilização da vida. "Será que existe arte depois do fim da arte?" foi publicado em 2007 no catálogo da 9ª Bienal de arte contemporânea de Lyon, intitulado "História de uma década ainda não denominada". Este texto foi muito ampliado; entretanto, mantém seu caráter "seminal", ou seja, trata das bases primeiras de uma pesquisa futura. Algumas vezes, longos desenvolvimentos possíveis estão contidos numa só frase.

Será que é possível qualificar as considerações presentes neste livro como "otimistas" ou "pessimistas"? Por um lado, a crítica do valor sempre prognosticou o esgotamento do capitalismo, e até desfechos catastróficos. *Menê, Tequel, Perês* poderia ter sido outro título para este livro: as palavras misteriosas escritas

— de acordo com o Antigo Testamento (Daniel, V) — por uma mão sobrenatural na parede do palácio do rei Baltazar da Babilônia, no exato momento em que este se achava no auge de sua riqueza. Por essas palavras, o rei tomou conhecimento de que fora pesado na balança, de que fora julgado como leve demais e de que seu reino fora dado a seus inimigos, que esperavam atrás das muralhas. A crítica radical não lamenta em absoluto tal queda, já que não se propõe a salvar "nosso modo de vida". A teoria da crise sempre se defrontou com recusas categóricas, tanto da parte do pensamento burguês quanto da parte dos marxistas tradicionais. Apesar disso, esses últimos anos trouxeram inegáveis confirmações a essa abordagem. Em 2002, dei uma conferência em Londres sobre os situacionistas na qual também mencionei a grave crise do capitalismo. Uma resenha sobre a minha conferência numa publicação marxista inglesa reconhecia que minhas ideias eram interessantes, mas que as "afirmações surrealistas" sobre o "desabamento próximo do capitalismo" acabavam por estragar tudo, infelizmente. Seis anos depois, não tenho muita certeza de que achariam minhas afirmações tão surrealistas assim.

Isso não deixa de ser uma estranha satisfação. Com efeito, a crise nunca esteve tão longe de ser sinônimo de emancipação. Essa constatação, que forma a trama do livro, seguramente não é muito otimista. Mas de nada serviria continuar a não querer "*désespérer Billan-*

court".[4] A crítica do valor não se propõe a fornecer indicações diretas para o agir imediato. Essa recusa causa amiúde certa decepção em pessoas desejosas de uma crítica social radical, mas que perguntam de pronto "o que fazer com essa bela teoria". Entretanto, é preciso que a crítica dê um jeito de escapar dessa interpelação permanente a indicar soluções no calor do combate. Por mais que seja legítimo esperar que uma crítica da sociedade capitalista também mostre uma *práxis* possível para a superação, há boas razões para se insistir na necessária autonomia da teoria. Em verdade, se só fosse permitido pensar ou dizer aquilo que pode ser traduzido de imediato numa forma de ação, não seria mais possível formular um pensamento radical. A "ruptura categorial" que constitui o horizonte da crítica do valor não pode ser convertida de pronto numa estratégia política, como é o caso das teorias sobre a "multidão" ou do altermundialismo, por exemplo; essa crítica também não pode ser instantaneamente aplicada na própria vida pessoal. Em contrapartida, pensar a ruptura em relação às categorias de base da socialização capitalista, embora não seja algo realizável de imediato, dá a possibilidade de manter aberta uma perspectiva que vai além das inumeráveis propostas na atualidade que visam a mudar o presente sem ter que mudar nada.

[4] Expressão atribuída a Sartre. Billancourt era a principal concentração de operários franceses. Por metonímia, não se deviam desesperar os operários com notícias que não trouxessem otimismo, pois eles poderiam perder as esperanças. [N.d.T.]

Seguimos à deriva rumo a uma situação em que os seres humanos não passam de "dejetos" (Zygmunt Bauman). O grande número de pessoas que sobrevivem do lixo — no "Terceiro mundo", mas não só — mostram aonde vai finalmente uma humanidade que colocou o processo de valorização como exigência suprema: é a própria humanidade que se torna supérflua no momento em que passa a não ser mais necessária à reprodução do capital-fetiche. Massas crescentes de pessoas não "servem" nem mais para serem exploradas, ao mesmo tempo em que foram-lhes retirados todos os recursos necessários para se viver. E aqueles que ainda dispõem de recursos, no mais das vezes, fazem muito mau uso deles. Nessas circunstâncias, não há outra escolha a não ser retomar o projeto de emancipação humana em novas bases. As velhas receitas não servem muito num mundo tão mudado.

O certo é que a emancipação não pode ser o simples resultado do desenvolvimento do capitalismo, que não se trata de perpetuá-lo mudando apenas os gestores ou "libertando" as forças que ele mesmo teria criado, mas cuja utilização correta não permitiria. Não há tendência histórica ao comunismo, à revolução ou à emancipação, não há teleologia, nem corrente pela qual as forças da emancipação poderiam se deixar levar, não há nada que garanta a vitória, nem estágios que se sucedem naturalmente. Não há forças criadas pelo capital "por trás de suas próprias costas" e que finalmente acabarão por aboli-lo. Não há inversão "dialética", nem astúcia da razão. A emancipação social,

se tiver que acontecer, será um salto no desconhecido sem corda de segurança, não a realização de uma sentença emitida pela história.

A tendência ao desastre, em compensação, é bem objetiva: a evolução da sociedade mercantil tem, em verdade, algo de determinado, tendo em vista que suas crises e seu esgotamento estão dentro de seu próprio núcleo, e sua história é o desdobrar-se desse núcleo. O que está programado é a catástrofe e não a emancipação; as coisas quando deixadas a seu livre curso só podem conduzir ao abismo. Se há "leis da história", elas sempre vão no sentido funesto; a liberdade e a felicidade humanas nunca são o seu resultado, mas sempre obtidas *no choque com* essas leis.

A esperança de que o capitalismo não somente é o próprio coveiro de si mesmo — como gerações e gerações de revolucionários proclamaram —, mas também o criador das bases do que virá a substituí-lo não está presente apenas nessa versão "positiva" (herdar o capitalismo, levar ao triunfo o que ele próprio engendrou, que seja o proletariado ou as forças produtivas) mas igualmente, sobretudo nos últimos tempos, numa versão "negativa": para esta visão, o capitalismo é de tal modo devastador que forçará a humanidade a se desvencilhar dele ou, pelo menos, a fazer mudanças drásticas. Mesmo nesse caso, o capitalismo é concebido como o melhor aliado do revolucionário, como a força que produzirá, mesmo que indiretamente, a emancipação, em vez de levar direto ao abismo. É o

"catastrofismo"[5] disponível em versão ecológica e/ou econômica: diante do perigo extremo, as pessoas acordarão e um milagre acontecerá. O instinto de sobrevivência fará com que a humanidade pare às bordas do penhasco e reconheça que a continuidade do capitalismo é incompatível com os interesses fundamentais de sobrevivência. Mas infelizmente não existe instinto de sobrevivência generalizado, nem individual nem coletivo. Há aqueles que dirigem o carro falando ao celular ou fumando, e houve já civilizações inteiras que desapareceram em vez de mudar seus hábitos. Além disso, a consciência dos riscos ecológicos não leva necessariamente à emancipação. Pelo contrário, também pode levar a soluções autoritárias, à concorrência extrema para ter acesso aos lugares não poluídos, ou a novas guerras. A derrocada econômica também não traz consigo um vento que sopra rumo à emancipação, como buscam demonstrar vários ensaios da primeira parte deste livro.

A palavra "emancipação" ainda não está tão desgastada quanto a de revolução. Originariamente, emancipação designava a libertação do escravo que, não tendo mais um senhor, tinha acesso à autonomia. Sempre nos emancipamos em relação a alguma coisa, ou seja, trocamos a heteronomia pela autonomia

5 Cf. RIESEL, R. & SEMPRUN, Jaime. *Catastrophisme, administration du désastre et soumission durable* [Catastrofismo, administração do desastre e submissão sustentável]. Paris: Éditions de l'Ecyclopédie des nuisances, 2008.

tornando-nos nossos próprios senhores. Em relação a que seria preciso emancipar-se hoje?

Não se trata apenas de emancipar-se da dominação que um grupo de seres humanos exerce sobre outros: os capitalistas sobre os proletários, os ricos sobre os pobres, os homens sobre as mulheres, os brancos sobre os negros, os países do Norte sobre os do Sul, os heterossexuais sobre os "desviantes"... Por mais que essas exigências sejam justificadas no caso concreto, em geral desembocam na continuidade do desastre com um pessoal de gestão mais mesclado e com uma distribuição das vantagens e desvantagens que nem chega a ser mais igualitária, apenas muda o tipo de injustiça. Esse tipo de procedimento, na melhor das hipóteses, desembocará no direito de todos comerem no McDonald's e votarem nas eleições, ou senão no direito de ser torturado por um policial da mesma cor de pele, mesmo sexo e falante da mesma língua de sua vítima. Não há como escapar dos constrangimentos estruturais do sistema democratizando o acesso a suas funções.

A emancipação não pode ser outra coisa senão a libertação em relação àquilo que impede a autonomia num nível mais profundo e mais geral. Essa emancipação só pode dizer respeito ao sistema capitalista e tecnológico em seu conjunto, sem privilegiar um desses dois aspectos da "megamáquina" (Lewis Mumford): nada de simples "apropriação" da tecnologia industrial por parte de uma sociedade com pretensões "não capitalistas", nada de sair da tecnologia, ou de

seus excessos, sem demolir a valorização do valor, o trabalho abstrato e o capital. É preciso centrar fogo no fetichismo, enquanto sistema já pronto e acabado em que nenhuma decisão, pequena ou grande, é mais possível.

Trata-se de manter aberto o horizonte possível, bloquear as derivas rumo a consequências irreversíveis. Se os organismos transgênicos se difundirem por todo lado, ou se chagarmos a fazer a clonagem humana, ou se a camada de ozônio desaparecer, para que mesmo engajar-se pela emancipação social? Num outro plano, pode-se estar certo de que a produção de técnicas de vigilância inauditas, juntamente com a disponibilidade de grande número de pessoas para acolhê-las como signo de garantia de liberdade ou de segurança (seja sob a forma da internet, ships debaixo da pele, nanotecnologias, câmeras de vigilância, Facebook, celulares, cartões de crédito, ou de identificação por meio de impressões digitais — sem contar o fato de que recusar a utilização dessas tecnologias pode tornar qualquer um suspeito a ponto de levá-lo à prisão, como já se viu), tornará quase impossível toda e qualquer oposição estruturada.

É conhecida a frase de Benjamin escrita na época em que o fascismo triunfava: "Marx diz que as revoluções são as locomotivas da história. Mas talvez não seja bem assim. É possível que as revoluções sejam, para a humanidade que viaja nesse trem, o gesto de puxar o freio de emergência".[6] Puxar o freio de emergência:

[6] BENJAMIN, W. *Notes préparatoires pour les thèses sur le concept*

Crédito à morte

O *site* na internet do The Guardian mostrava na quinta-feira que o imóvel do Time Square, no coração de Manhattan, que expõe em seu cume o montante da dívida pública americana, não tem mais lugar suficiente para acomodar a quantidade astronômica de bilhões de dólares, precisamente 10.299.020.383, uma enormidade devida notadamente ao financiamento do plano Paulson e ao fato de as agências Freddy Mac e Fannie Mae terem sido colocadas sob perfusão. Foi até preciso eliminar o símbolo "$" que ocupava a última casa do painel para que o transeunte pudesse beber essa cifra até a borra.

E. Fottorino, "Retour au réel par la case désastre" ["Retorno à realidade pela casa do desastre"], *Le Monde*, 11 de outubro de 2008.

Quem quer se lembrar agora? O grande medo de outubro de 2008 parece já mais distante do que "o grande medo" do início da Revolução Francesa. Mas naquele momento, tinha-se a impressão de que grandes buracos davam entrada à água que levava a pique

o navio. Tinha-se até a impressão de que todo mundo, sem dizê-lo, já esperava por isso há muito tempo. Os *experts* se interrogavam abertamente sobre a solvência até dos Estados mais fortes, e os jornais estampavam em primeira página a possibilidade de uma falência em cadeia das cadernetas de poupança na França. Em reuniões de família, discutia-se acerca da necessidade de se retirar todo o dinheiro do banco e guardá-lo em casa; usuários dos trens se perguntavam, comprando um bilhete com antecedência, se ainda poderiam pegá-los. O presidente americano George Bush se dirigia à nação para falar da crise financeira em termos semelhantes àqueles empregados depois do 11 de setembro de 2001, e o *Le Monde* trazia como título em sua revista de outubro: "O fim de um mundo". Todos os comentadores estavam de acordo para estimar que o que estava acontecendo não era uma turbulência passageira dos mercados financeiros, mas a pior crise desde a Segunda Guerra Mundial, ou desde 1929.

Foi bem surpreendente constatar que os mesmos, do *top manager* aos que recebem as bolsas do governo — que, até a crise, pareciam convencidos de que vida capitalista ordinária continuaria a funcionar durante um tempo indefinido —, poderiam com tanta rapidez se dar conta de que se tratava de uma crise de maior envergadura. A impressão geral de se sentir à beira de um precipício foi algo surpreendente considerando que, em princípio, não se tratava de nada mais do que uma crise financeira da qual o cidadão médio somente tinha conhecimento pelas mídias. Nada de demissões

em massa, nada de interrupções na distribuição de produtos de primeira necessidade, nada de caixas automáticos sem dinheiro, nada de comerciantes recusando os cartões de crédito. Nada ainda de crise "visível", portanto. Mas uma atmosfera de fim de reinado. O que apenas se explica supondo que, já antes da crise, todo mundo sentia vagamente, mas sem querer inteiramente dar-se conta disso, que estava caminhando em cima de uma fina camada de gelo ou de uma corda bem esticada. Quando a crise rebentou, nenhum indivíduo contemporâneo parecia, no fundo de si, mais surpreso do que um fumante inveterado ao saber que tem um câncer. Mesmo sem aparecer claramente, a sensação de que não dava mais para continuar "desse jeito" já estava difundida amplamente. Mas talvez aquilo que cause mais espanto seja a celeridade com a qual a mídia jogou para escanteio o apocalipse, para voltar a se dedicar aos pescadores de ostras ou às extravagâncias de Berlusconi; ou os economistas que anunciam com certa segurança que já passou e que tudo vai ficar de novo às mil maravilhas; outra coisa que também causa espanto são os poupadores chegarem perto de seus bancos sem o menor temor de encontrá-los fechados; ou o cidadão médio para quem a crise se resume a férias mais curtas neste ano... Até mesmo os *experts* que nos explicam cheios de manha que nada aconteceu nem nada de desagradável vai acontecer, deveriam ficar preocupados e desconfiar de um alívio e de um esquecimento tão súbitos. Mas eles também continuam a fazer como um doente de câncer que fuma ostensivamente para

mostrar a si mesmo que sua saúde está excelente. Eles também já se acostumaram a viver assim. Durante décadas, uma taxa de crescimento insuficientemente elevada era algo considerado uma catástrofe nacional — em 2009 o crescimento foi, pela primeira vez em 60 anos, realmente negativo em muitos países. Sem problemas: o crescimento estará de volta logo no próximo ano, asseguram os imperturbáveis economistas, e cada número positivo, por mais que seja limitado a um país, a um setor produtivo ou a um trimestre, e mesmo que seja apenas o resultado modesto dos gigantescos "programas para aquecer a economia" financiados a crédito pelos governos, é imediatamente apresentado como prova da saída definitiva da crise.

Nada de novo sob a esburacada camada de ozônio: nem a ciência oficial nem a consciência cotidiana conseguem imaginar alguma coisa de diferente daquilo que já conhecem — capitalismo agora e sempre. Ele pode atravessar uma tempestade, pode haver "excessos", talvez os tempos vindouros sejam duros, mas os responsáveis tirarão as devidas lições: os americanos, aliás, finalmente elegeram um presidente provido de razão, e as reformas necessárias vão ser adotadas — depois da tempestade, a bonança! Não é surpreendente que os otimistas a soldo, os únicos normalmente autorizados a se expressar nas instituições e na mídia, anunciem o retorno da primavera cada vez que veem uma andorinha. O que mais poderiam dizer?

Mas no auge da crise de 2008, a mídia se sentiu obrigada a dar de vez em quando a palavra àqueles que

tinham uma interpretação "anticapitalista"; portanto, àqueles que apresentavam essa crise como o signo de uma disfunção mais profunda, e eles não perdiam a oportunidade de fazer chamados a "mudanças radicais". Enquanto o "Novo partido anticapitalista"[7] e seus congêneres proclamavam, evidentemente, "nada de pagar pela crise deles", tirando de seus sótãos panfletos que tinham sobrado das manifestações de dez, vinte ou trinta anos antes, os representantes mais conhecidos do que é hoje considerada uma crítica implacável da sociedade contemporânea — isto é, Badiou, Zizek, Negri — tiveram direito a palanques maiores que de costume na imprensa ou, de qualquer maneira, sentiram que suas análises estavam indo de vento em popa. Não deixa de ser um pouco surpreendente que a possibilidade de uma crise de maior envergadura do capitalismo, provocada não por uma resistência dos "explorados" ou da "multidão", mas por um entrave na máquina, não esteja em absoluto prevista em suas análises. E de fato, também explicaram, à sua maneira, que é preciso circular e que não tem nada a ver; que é uma crise como qualquer outra, que passará como as outras passaram, porque a crise é o fundamento normal do capitalismo. Mas o que eles chamam de crise — o desabamento das bolsas, a deflação mundial — não passa, na verdade, de um conjunto de fenômenos secundários. São manifestações visíveis, a expressão na superfície, da crise verdadeira em que eles próprios não

7 Partido trotskista na França cujo principal representante político é Olivier Besancenot. [N. d.T.]

conseguem pensar. Os adversários declarados do capitalismo — esquerda "extrema" ou "radical", marxistas de diversas obediências, "inimigos do crescimento" ou ecologistas "radicais" — são quase todos radicais na crença da eternidade do capitalismo e de suas categorias, por vezes até mais do que alguns de seus próprios apologistas.

Esta crítica do capitalismo só se levanta contra a *finança*, considerada a única responsável pela crise. A "economia real" gozaria de sua sanidade em perfeito estado, e seria apenas aquele tipo de finança já fora de qualquer controle que colocaria em perigo a economia mundial. É por isso que a explicação mais despachada, e também a mais difundida, atribui a culpa de tudo isso à "avidez" de um punhado de especuladores que teriam jogado com o dinheiro de todos como se estivessem num cassino. E, com efeito, considerar os arcanos da economia capitalista, quando ela não está bem, como estando nas ações de uma conspiração de malvados é algo que se inscreve numa longa e perigosa tradição. Seria a pior das saídas possíveis querer designar como bodes expiatórios mais uma vez a "alta finança judia" ou outra qualquer, para despertar a vendeta do "povo honesto" trabalhador e dos poupadores. E não constitui prova de maior seriedade querer opor um "mau" capitalismo "anglo-saxão", predador e sem limites, a um "bom" capitalismo "continental", tido por mais responsável. Vimos que não há quase mais nuanças para distingui-los. Todos aqueles que fazem apelo agora a uma "maior regulação" dos mercados financeiros, da associação ATTAC a Sarkozy, não veem nas loucuras das bolsas nada mais do que um "excesso", uma excrescência sobre um corpo são.

O "anticapitalismo" da esquerda radical não passa de um "antiliberalismo". A única alternativa ao capitalismo que alguma vez ela pôde conceber era constituída das ditaduras de economia dirigida no leste e no sul do mundo; desde que estas entraram em bancarrota, mudaram de rumo ou se tornaram completamente indefensáveis, a única escolha que ainda vislumbram esses anticapitalistas é entre diferentes modelos de capitalismo: entre liberalismo e keynesianismo, entre modelo continental e modelo anglo-saxão, entre turbo-capitalismo financeirizado e economia de mercado social, entre o júbilo das bolsas e a "criação de empregos". Podem existir diferentes modos de valorização do valor, de acumulação do capital, de transformação de dinheiro em mais dinheiro; e é sobretudo a distribuição dos frutos desse modo de produção que pode mudar, o que significa que certos grupos sociais tirariam mais proveito do que outros, certos países mais do que outros. A crise até que será útil ao capitalismo, preveem: os capitais em excesso serão desvalorizados, e já é de conhecimento de todos, desde Joseph Schumpeter, que a "destruição criadora" é a lei fundamental do capitalismo. Impossível imaginar — se quisermos evitar ser taxados de utopistas meio tolos, ou de emuladores de Pol Pot, isto é, de partidários das únicas alternativas ao capitalismo que a consciência dominante ainda sabe evocar — a possibilidade de a humanidade vi-

ver de outra forma que não seja com a valorização do valor, a acumulação do capital e a transformação de dinheiro em mais dinheiro. Pode haver um limite *externo* ao crescimento do capitalismo, sob forma de esgotamento dos recursos e de destruição das bases naturais; mas enquanto forma de reprodução social, o capitalismo seria insuperável. Aquilo que o *Le Figaro* declara abertamente, os neomarxistas, os bourdieusianos e os altermundialistas o dizem com perífrases: o mercado é natural aos homens. Os anticapitalistas-antiliberais propõem simplesmente um retorno ao capitalismo "social" dos anos 1960 (indevidamente idealizado, é óbvio), ao pleno emprego e aos salários elevados, ao Estado social e à escola como "elevador social"; alguns bem que gostariam de acrescentar um pouco de ecologia, de voluntariado ou de "setores sem fins lucrativos". Em verdade, eles precisam esperar que o capitalismo recobre os sentidos sem mais tardar e recomece a funcionar a todo o vapor para poder realizar esses belos e onerosos programas.

Para eles, a crise atual representa a ocasião sonhada de enfim encontrar ouvidos atentos às propostas que alimentam há muito tempo. A crise será salutar: constituirá certamente uma pequena sangria para alguns, mas não deixará também de forçar os homens e as instituições a reverem seus hábitos nocivos. Assim, cada um desses benevolentes críticos espera puxar a brasa para sua própria sardinha: regulação dos mercados financeiros, limitação dos prêmios dos *managers*, abolição dos "paraísos fiscais", medidas de redistribuição e, principalmente, um "capitalismo verde" como motor de um novo regime de acumulação e como gerador de empregos. Dessa forma, o negócio fica entendido: a crise é a ocasião para melhorar o capitalismo, não para romper com ele.

Mesmo sob este prisma, eles correm o risco de se decepcionar. No contexto da crise, reações bem opostas estão vindo a lume. Assim, para superar a crise, podem-se pregar medidas ecológicas (como prometem Obama ou Sarkozy) ou, pelo contrário, atacar as próprias proteções sociais existentes em nome da "retomada do crescimento" e da "criação de postos de trabalho" (como faz Berlusconi, como querem as indústrias, principalmente as do setor da construção civil e do setor automobilístico, e uma parte considerável do público).[8] E o que dizer quando os operários demitidos, para obterem melhores condições indenizatórias, ameaçam derramar produtos tóxicos em um rio, como já aconteceu várias vezes na França? Será que veremos

[8] "Pregam-se as 'reconversões' (mudar de crença para mudar de atividade) com o intuito de alcançar uma maior sobriedade, acusa-se o 'reinado do carro', o desperdício dos recursos, a invasão da vida pelo trabalho alienado, a maldição do progresso. Porém, basta que a máquina pegue uma gripe, que o setor automobilístico entre em crise, que a publicidade deserte dos jornais e ameace sua saúde financeira, que o desemprego atinja um número razoável de assalariados, para que o tom de voz mude e as velhas certezas voltem à tona ", escreveu Gilbert Rist no dia 26 de novembro de 2008 em um blog próximo do "declínio".

ecologistas se acotovelarem com os *ouvriéristes*?[9] A esquerda "radical" terá agora que se decidir: ou passa a uma crítica do próprio capitalismo, embora ele não mais se proclame neoliberal, ou participa da gestão de um capitalismo que incorporou uma parte das críticas contra seus "excessos".

Certos observadores parecem ir mais longe, falando até de um capitalismo que destrói o mundo e que está em vias de se autodestruir. Esses gritos de alarme não parecem denotar uma tomada de consciência em face dos desastres do capitalismo, causados tanto em períodos em que está funcionando "normalmente" quanto naqueles em que se encontra em crise? No entanto, esses ataques não se dirigem, na maior parte dos casos, senão contra a recente fase "desregulada" e "selvagem" do capitalismo, a fase neoliberal, e de modo algum contra o regime de acumulação capitalista como tal, contra a lógica tautológica que manda transformar um real em dois consumindo o mundo concreto como simples matéria-prima para esse crescimento da forma-valor. Para eles, um retorno ao capitalismo "ajuizado", posto que "regulado" e submetido à "política", já deve logicamente resolver o problema.

Será, então, que o discurso "antineoliberal" nega a existência de uma crise na atualidade? Não; mas a única coisa que se quer é curar os sintomas da doença.

9 O *ouvriérisme* é a defesa da preeminência dos operários considerados como aqueles que devem organizar a sociedade e a economia. [N.d.T]

Aliás, a incapacidade geral de imaginar a possibilidade de a crise desembocar em outra coisa que não seja de novo no capitalismo forma um contraste patente com a percepção vaga, embora persistente e universal, de viver numa crise permanente. Depois de décadas, a atmosfera está pessimista. Os jovens sabem e aceitam com resignação que viverão pior que seus pais e que as necessidades básicas — trabalho, moradia — serão cada vez mais difíceis de serem obtidas e mantidas. A impressão geral é de estar-se escorregando ao longo de uma encosta. E a única esperança é a de não escorregar rápido demais, e não a da possibilidade de realmente subir outra vez. Há a sensação difusa de que a festa acabou e que os anos de vacas magras vão começar; uma sensação com frequência acompanhada da convicção de que a geração precedente (a dos "*baby-boomers*") devorou tudo, deixando pouco a suas crianças. A maior parte dos jovens na França, pelo menos entre aqueles que conseguem obter algum diploma, ainda estão convencidos de que conseguirão encontrar algum canto para poder sobreviver do ponto de vista econômico: mas nada além disso. Não se pode mais falar de uma crise própria de alguns setores em proveito de outros que, por sua vez, estariam em progressão: o desabamento das bolsas da "nova economia" em 2001, mesmo esta tendo sido apresentada durante anos como o novo motor do capitalismo, demonstra tudo isso. E nós não estamos assistindo à desvalorização de algumas profissões em proveito de outras, como quando os ferradores de cavalos foram substituídos pe-

los mecânicos de automóveis, algo em que a mania das "requalificações" ainda gostaria de nos fazer crer. Agora, trata-se de uma desvalorização geral de quase todas as atividades humanas, algo visível no empobrecimento rápido e inesperado da "classe média". Se a isso acrescentarmos a consciência, agora já bem ancorada em todas as cabeças, dos desastres atuais e aqueles por vir no meio ambiente, bem como do esgotamento dos recursos, é bem possível dizer que a grande maioria esteja olhando com temor para o futuro.

O que pode parecer estranho é o fato de que a impressão tão difundida de um agravamento geral das condições de vida venha não raro acompanhada da convicção de que o capitalismo está indo de vento em popa, de que a globalização está com fogo em todas as caldeiras e de que nunca houve tanta riqueza. O mundo estaria em crise, mas o capitalismo não; ou, como afirmam Luc Boltanski e Ève Chiapello no início de sua obra *O novo espírito do capitalismo*, publicada em 1999: o capitalismo está em expansão, é a situação social e econômica de grande quantidade de pessoas que está se degradando. Assim, o capitalismo é percebido como uma *parte* da sociedade em oposição ao resto, como o conjunto dos homens que detêm o dinheiro acumulado, e não como uma relação social que engloba *todos* os membros da sociedade atual.

Alguns, que se acham mais avisados, veem no discurso da crise uma simples invenção: seja da parte dos industriais que estão por trás a fim de baixar salários e aumentar os lucros, ou da própria "dominação"

para com isso justificar o estado de urgência planetário e permanente. É verdade que as crises, tanto as passadas quanto as atuais, serviram e servem amiúde à legitimação do Estado, sobretudo depois que este não apresenta mais projeto "positivo" e se limita a administrar as urgências, colocando ele próprio em destaque tudo aquilo que não funciona bem (menos a propaganda do passado, voltada ao "todo mundo é feliz graças à sabedoria do governo"). Sua tarefa é criar as condições-de-base para o único objetivo admitido, a única finalidade reconhecida da sociedade mundial contemporânea, onde quer que seja (salvo para os ideólogos em vigor na Coreia do Norte, no Irã e em alguns outros países muçulmanos): permitir aos indivíduos um máximo de consumo de mercadorias e de "desenvolvimento pessoal". Se não existissem crises, os Estados as inventariam, isso é verdade. Mas somente poderiam inventar crises secundárias, não aquelas que ameaçam seus próprios fundamentos. Durante esta crise, nunca se teve tanto a impressão de que as "classes dominantes" não dominavam muita coisa, e de que elas próprias estavam, pelo contrário, dominadas pelo "sujeito autômato" (Marx) do capital.

Uma crítica do capitalismo contemporâneo bastante diferente das evocadas até aqui pôde, contudo, ser trazida à cena. Essa crítica coloca a seguinte questão: e se a financeirização, longe de ter arruinado a economia real, tiver, ao contrário, a ajudado a ter condições de sobreviver para além de sua data de perempção? E se a financeirização tiver dado fôlego a um

corpo moribundo? Por que estamos tão certos de que o capitalismo pode escapar ao ciclo do nascimento, crescimento e morte? Será que ele não poderia conter limites *intrínsecos* a seu desenvolvimento, limites que não residem somente na existência de um inimigo declarado (o proletariado, os povos oprimidos), nem unicamente no esgotamento dos recursos naturais?

Durante a crise, citar Marx voltou à moda. Mas o pensador alemão não falou somente de luta de classes. Ele também previu a possibilidade de um dia a máquina capitalista parar por si só, de sua dinâmica se esgotar. Por quê? A produção capitalista de mercadorias contém, desde sua origem, uma contradição interna, uma verdadeira bomba-relógio situada em seus próprios fundamentos. Só pode fazer com que o capital dê frutos, só se pode acumular capital, através da exploração da força de trabalho. Mas o trabalhador, para engendrar um lucro para seu empregador, deve ser equipado das ferramentas necessárias, e hoje isso significa tecnologias de ponta. Disso resulta uma corrida contínua — a concorrência é quem obriga — ao emprego das tecnologias. Cada vez, o primeiro empregador a ter acesso a novas tecnologias ganha essa corrida, porque seus operários passam a produzir mais do que aqueles que não dispõem desses instrumentos. Mas o sistema como um todo perde com isso, porque as tecnologias substituem o trabalho humano. O valor de cada mercadoria singular contém, assim, partes sempre menores de trabalho humano — que é, contraditoriamente, a única fonte de sobrevalor e, portanto,

de lucro. O desenvolvimento da tecnologia diminui os lucros em sua totalidade. No entanto, durante um século e meio, a expansão da produção de mercadorias em escala global pôde compensar essa tendência à diminuição do valor de cada mercadoria particular.[10]

Desde os anos 1960, esse mecanismo — que já não era outra coisa senão uma contínua fuga para frente — entravou. Os ganhos de produtividade permitidos pela microeletrônica puseram, paradoxalmente, o capitalismo em crise. Investimentos cada vez mais gigantescos eram necessários para se fazer com que os poucos operários restantes trabalhassem segundo os padrões de produtividade do mercado mundial. O acúmulo real de capital ameaçava parar. Foi nesse momento que o "capital fictício", como denominou Marx, alçou voo. O abandono da convertibilidade do dólar em ouro, em 1971, eliminou a última válvula de segurança, o último ancoradouro da acumulação real. O crédito é somente uma antecipação dos ganhos esperados no futuro. Mas quando a produção de valor, portanto, de sobrevalor, estagna na economia real (o que não tem nada a ver com uma estagnação da produção de coisas — o capitalismo gira em torno da produção de valor e não de produtos enquanto valores de uso), não há nada que possa permitir aos proprietários do capital obter lucros além da finança. E esses lucros se tornaram impossíveis de serem obtidos na economia real. O avanço do neoliberalismo a partir de 1980 não era

[10] Uma explicação mais detalhada desse fenômeno pode ser encontrada no ensaio "Decrescentes, só mais um esforço...!". Cf. p. 183.

um jogo sujo dos capitalistas mais ávidos, um golpe de Estado montado com a cumplicidade dos políticos mais complacentes, como insiste em acreditar a esquerda "radical". O neoliberalismo era, pelo contrário, a única maneira possível de prolongar por um pouco mais de tempo o sistema capitalista. Grande quantidade de empresas e de indivíduos puderam alimentar por muito tempo a ilusão de prosperidade graças ao crédito. Agora, essa bengala também se quebrou. Mas o retorno ao keynesianismo, evocado um pouco por todo lado, é algo de todo modo impossível: não há mais dinheiro "real" o bastante à disposição dos Estados, ou seja, não há mais dinheiro que não seja criado por decreto ou pela especulação, do dinheiro que é fruto de uma produção de mercadorias de acordo com os padrões de produtividade do mercado mundial. No momento, "os que decidem" conseguiram adiar um pouco o *Menê, Tequel, Perês*, acrescentando mais um outro zero aos números fantasiosos escritos nas telas e que não correspondem mais a nada. Os empréstimos concedidos para salvar os bancos são dez vezes superiores aos rombos que há vinte anos causavam calafrios nos mercados — mas a produção real (digamos, banalmente, o PIB) aumentou em torno de 20–30%! O "crescimento econômico" dos anos 1980 e 1990 não tinha mais uma base autônoma, era fruto das bolhas financeiras. E quando essas bolhas estourarem, não haverá um "saneamento" depois do qual uma nova retomada terá lugar.

Por que esse sistema ainda não desabou completamente? A quem ele deve sua sobrevivência provisória? Essencialmente, ao crédito. Em face das dificuldades crescentes ao longo do século para financiar a valorização da força de trabalho, portanto para investir em capital fixo, recorrer ao crédito cada vez mais massivo não constituía uma aberração; era inevitável. Mesmo durante o reinado dos monetaristas neoliberais, o endividamento aumentou fortemente. Que esse crédito seja privado ou público, interno ou externo, não muda o caráter do problema. A evolução contínua e irreversível da tecnologia vai cavando em permanência o fosso entre o papel da força de trabalho — que, é bom repetir, é a única fonte de valor e de sobrevalor — e o papel cada vez mais importante dos instrumentos de trabalho, que devem ser pagos com o sobrevalor obtido na exploração da força de trabalho. Consequentemente, o recurso ao crédito só pode aumentar no decorrer dos anos e evoluir até um ponto sem volta. O crédito, que é um lucro consumido antes de ter sido realizado, pode adiar o momento em que o capitalismo vai atingir seus limites sistêmicos, mas não abolir esse limite. Mesmo a mais bela obstinação terapêutica um dia tem que terminar.

O crédito não prolonga somente a vida do sistema enquanto tal, mas também a dos consumidores. Sabe-se que o endividamento privado atingiu cifras enormes, principalmente nos Estados Unidos. E aumenta rapidamente. Pode-se ter uma ideia do futuro desse tipo de vida num país como o Brasil, onde é possí-

vel comprar um celular em dez pagamentos e onde a manutenção do carro pode ser paga em três vezes...

Alguns chegam a se extasiar diante dessa "virtualização" do mundo e prognosticam-lhe um grande futuro. Mas somente uma consciência inteiramente pós-modernizada é capaz de crer que uma virtualização sem bases reais poderá durar para sempre. Alguns quiseram colocar em discussão e "desconstruir" o conceito mesmo de "economia real". É certo que cairia como uma luva para muita gente a demonstração de que a ficção vale tanto quanto a realidade, além de ser mais aberta a nossos desejos. Não é preciso, entretanto, ser um grande profeta para prever que as "denegações da realidade", pronunciadas com sorrisos de orelha a orelha há trinta anos, não têm mais muito futuro numa época de crises "reais". O editorial do *Le Monde* já citado está com a razão: "Retorno ao real pela casa do desastre".

Mesmo sob o plano estritamente econômico, a crise está apenas começando. Continuam a existir numerosos bancos e grandes empresas que escondem sua situação desastrosa falsificando seus balanços, e se fala, entre outras falências que estão por vir, de um próximo desabamento do sistema de cartões de crédito nos Estados Unidos. As quantias astronômicas jogadas pelos Estados na economia, abandonando de um dia para o outro a dogmática monetarista em nome da qual se tinham empurrado milhões de pessoas à miséria, e os anúncios de uma regulação maior não têm nada a ver com um retorno do keynesianismo e do Estado

social de antanho. Não se trata de investimentos nas infraestruturas, do tipo "New Deal", nem da criação de um poder de compra popular. Essas quantias, por sua vez, aumentaram a dívida pública dos Estados Unidos em 20%, apesar de só terem servido para evitar o desabamento imediato do sistema de crédito. Para um verdadeiro "reaquecimento da economia", seriam necessárias quantias muito mais gigantescas e que, no estado de coisas atual, não poderiam ser obtidas senão criando dinheiro por decreto — o que acabaria numa hiperinflação mundial. Um breve crescimento alimentado pela inflação desembocaria numa crise ainda maior, visto que não se veem em nenhuma parte novas formas possíveis de acumulação que, depois de uma "simulação" inicial feita pelo Estado, estejam na condição de produzir um crescimento que continue em seguida por conta própria.

Mas a crise não é apenas econômica. Quando não há mais dinheiro, nada mais dá certo. Ao longo do século XX, o capitalismo incluiu, para estender a esfera da valorização do valor, setores cada vez mais amplos da vida: da educação de crianças ao cuidado de idosos, da cozinha à cultura, do sistema de aquecimento aos transportes. Nesses campos, viu-se um progresso em nome da "eficácia" ou da "liberdade dos indivíduos" libertos dos laços familiares e comunitários. Agora, estamos vendo as consequências: tudo desmorona se não for "financiável". E não é só do dinheiro que tudo depende, pior ainda: é do crédito. Quando a reprodução real está a reboque do "capital fictício" e as empresas,

as instituições e os Estados inteiros apenas sobrevivem graças a suas cotações na bolsa, cada crise financeira, bem longe de dizer respeito somente àqueles que jogam na bolsa, acaba por afetar inumeráveis pessoas em sua vida mais cotidiana e íntima. Os numerosos americanos que tinham aceitado suas aposentadorias em ações e que se encontraram depois dos *cracks* sem nada para a velhice estiveram entre os primeiros a provar dessa morte a crédito. É só o começo; quando a crise repercutir efetivamente na realidade — quando um brutal aumento do desemprego e da precarização chegar trazendo uma forte queda nas receitas do Estado —, veremos setores inteiros da vida social abandonados à arte de sobreviver ao dia a dia.

As diferentes crises — econômica, ecológica, energética — não são simplesmente "contemporâneas" ou "ligadas": são a expressão de uma crise fundamental, a da forma-valor, da forma abstrata, vazia, que se impõe a todo e qualquer conteúdo em uma sociedade baseada no trabalho abstrato e em sua representação no valor de uma mercadoria. É todo um modo de vida, de produção e de pensamento, já com a idade de pelo menos uns duzentos e cinquenta anos, que não parece mais capaz de assegurar a sobrevivência da humanidade. Talvez haja uma "sexta-feira negra", como em 1929, um "dia do julgamento". Mas há boas razões para pensar que estamos vivendo o fim de uma longa época histórica.[11] A época em que a atividade produtiva e

[11] O sociólogo Immanuel Wallerstein foi quase o único a ter afirmado nas grandes mídias que o capitalismo tinha chegado, quinhentos

os produtos não servem para satisfazer necessidades, mas para alimentar o ciclo incessante do trabalho que valoriza o capital e do capital que emprega trabalho. A mercadoria e o trabalho, o dinheiro e a regulação estatal, a concorrência e o mercado: por trás das crises financeiras que se sucedem há mais de vinte anos, e cada vez mais graves, perfila-se a crise de todas essas categorias. Categorias estas que — é sempre bom lembrar — não participam da existência humana desde sempre e por toda parte. Elas tomaram posse sobre a vida humana no decurso dos últimos séculos, e poderão dar lugar a algo diferente: melhor ou ainda pior. Talvez haja uma pequena retomada durante alguns anos.[12] Mas o fim do trabalho, do vender, do vender-se

anos depois, à sua última etapa e que algo novo ia se colocar no lugar (ver seu artigo "O capitalismo chega ao seu fim" no *Le Monde* de 11 de outubro de 2008). Apesar disso, esse autor não vê na crise atual nada mais do que o estouro de uma bolha especulativa, que vem dos anos 1970; ele a compara a outras crises do passado. Ao prever uma "fase de caos político", de "crise sistêmica" e o fim do capitalismo nas próximas décadas, encontra a causa disso na relação entre "centro" e "periferia", que não é mais a mesma. Logo, sua interpretação é muito diferente daquela que propomos aqui.

[12] Durante as últimas décadas, depois de cada crise assistimos a uma "retomada" — principalmente dos índices das bolsas — que parece demonstrar que tudo isso não passa de uma questão de ciclos, de altos e baixos. Mas nenhuma dessas "retomadas" foi fruto de um novo modo de produção utilizando massivamente o trabalho de maneira rentável. Tratava-se apenas de crescimentos fictícios de valor, obtidos por meio da venda e da compra de títulos cujo capital fictício foi investido por vezes no setor imobiliário, no consumo ou na compra de serviços — o que criou a cada vez bolhas financeiras ainda maiores e ainda mais desprovidas de fundamento.

e do comprar, do mercado e do Estado — todas essas categorias que não são de forma alguma naturais e que desaparecerão um dia, do mesmo modo que elas próprias substituíram outras formas de vida social — é um processo de longa duração. A crise atual não é nem o começo, nem a conclusão, mas é uma etapa importante.

Mas por que essa análise, que é em certa medida a única que se vê confirmada pela crise recente, suscita tão pouca atenção? Ora, essencialmente porque ninguém pode verdadeiramente imaginar o fim do capitalismo. Só de pensar já dá frio na espinha. Todo mundo acha que tem muito pouco dinheiro; mas cada indivíduo se sente ameaçado em sua própria existência, até no plano psíquico, se o dinheiro der algum sinal de se desvalorizar e perder seu papel na vida social. Na crise, os sujeitos se agarram mais do que nunca às únicas formas de socialização que conhecem. Existe um acordo geral pelo menos com relação a uma coisa: sempre vai ser preciso continuar a vender, a se vender e a comprar. É por isso que é tão difícil *reagir* a essa crise ou se organizar para fazer frente a ela: porque não se trata do *eles contra nós*. Seria necessário combater o "sujeito autômato" que é o capital, que habita igualmente em cada um de nós e, consequentemente, é uma parte de nossos hábitos, gostos, preguiças, inclinações, narcisismos, vaidades, egoísmos... Ninguém quer olhar o monstro nos olhos. Quantos delírios nós propomos, em vez de colocar em questão o trabalho e a mercadoria, ou simplesmente o carro! "Grandes cientistas" desembestam a divagar sobre satélites gigantes capazes de desviar uma parte dos raios solares ou sobre aparelhos capazes de resfriar os oceanos. Há a proposta da "produção de legumes em estufas hidropônicas ou até mesmo aeropônicas" e da fabricação de carne "diretamente a partir de células-tronco"; além da busca por mais recursos que vai até, literalmente, a lua: "Ela guarda, entre outros, um milhão de toneladas de hélio 3, o combustível ideal para a fusão nuclear. Uma tonelada de hélio 3 deveria valer em torno de 6 bilhões de dólares, tendo em vista a energia que pode fornecer. E essa é apenas uma das razões pelas quais tantos países se concentram num retorno à lua".[13] Dentro do mesmo espírito, propõe-se que as pessoas se "adaptem" às mudanças climáticas em vez de combatê-las.[14] Em vez de sair do "terror econômico", duplica-se a ameaça: "Mais do que nunca as organizações e os humanos que souberem, quiserem e puderem se adaptar terão um futuro econômico e social. Os defensores do imobilismo poderão perder toda sua empregabilidade"[15] e, assim, desaparecer do mundo. Malthus já tinha dito

[13] À guisa de punição, vamos entregar ao público o nome do autor dessas opiniões: "Existe mais crescimento em nós", de Xavier Alexandre, *Le Monde* de 30 de novembro de 2008, "Crônicas dos assinantes".

[14] "Adaptar-se à mudança climática em vez de limitá-la?", *Le Monde* de 21 de agosto de 2009, sobre o estudo que o "Centro de consenso" [!] de Copenhague confiou à fundação científica italiana "Enrico Mattei", ligada ao grupo petroleiro italiano ENI.

[15] Mesma punição que atribuímos ao outro: "O previsível declínio do assalariado", de Camille Sée, *Le Monde* de 09 de agosto de 2009, "Crônica dos assinantes".

isso: a fome é o melhor educador para o trabalho. Tudo o que não serve à valorização do capital é um luxo e, em tempos de crise, o luxo não convém muito. Não se trata de uma perversão, mas de algo bem lógico numa sociedade que alçou a transformação do dinheiro em mais dinheiro à condição de princípio vital.

Quadro apocalíptico, poderão nos retorquir: já nos anunciam o fim do capitalismo desde que nasceu e cada vez que esbarra em alguma dificuldade. Apesar disso, ele ressurge depois de cada crise como a fênix renasce de suas cinzas. Ao mesmo tempo, sai diferente de cada uma dessas crises, sendo muito diferente hoje em relação ao que era em 1800, ou em 1850, ou em 1930. Não estaríamos assistindo a uma nova mutação desse tipo, através da qual o capitalismo muda para trilhar melhor seu caminho? Por que essa crise seria mais grave do que todas as outras nesses mais de duzentos anos? Não poderia o capitalismo continuar a existir sob formas atípicas, entre catástrofes e guerras? Não seria a crise sua eterna forma de existência, como seria também a das sociedades históricas em geral? Fazer a lista de todos os disfuncionamentos do capitalismo atual só pode constituir — a objeção prossegue sua argumentação — a prova de sua crise final quando o breve período fordista de estabilidade é tomado como o único funcionamento possível do capitalismo, todas as suas outras formas de existência sendo consideradas desvios. As guerras civis na África e a refeudalização na Rússia, o fundamentalismo islâmico e a precarização na Europa demonstrariam somente a impossibilidade

de estender o modelo fordista ao mundo todo, e não a falência do capitalismo, que, enquanto sistema mundial, consistiria justamente na coexistência de todas essas formas; cada uma, em seu contexto, sendo útil ao sistema mundial. O capitalismo poderia também funcionar muito diferentemente de como funcionou na Europa dos anos 1960: isso só demonstra sua flexibilidade. As devastações causadas por ele, da atomização dos indivíduos, dissolução da família às doenças psíquicas, físicas e à poluição, não seriam um sintoma de desmoronamento — elas criariam necessidades e setores de mercado sempre novos, o que torna possível a acumulação do capital.

Mas essa objeção não se sustenta: o que ela descreve é o nascimento e a perpetuação de formas mutantes de dominação e de exploração, e não a emergência de novos modelos de acumulação capitalista. As formas "não clássicas" de criação de lucro só podem funcionar sob a forma de participação indireta no mercado mundial; logo, parasitando os circuitos globais de valor (por exemplo: vendendo drogas aos países ricos, certos países do "sul" atraem uma parte do "verdadeiro" sobrevalor obtido nos países ricos). Se a criação de valor nos centros industriais se extinguisse, o mesmo aconteceria com os barões da droga e os traficantes de crianças. Até que poderiam forçar seus subalternos a criarem novamente para seus patrões um excedente agrícola, material. Mas nem os defensores mais convencidos da eternidade do capitalismo ainda ousariam

nomear isso como um novo modelo de acumulação capitalista.

Geralmente, é preciso sempre se lembrar que os serviços, em vez de serem um trabalho que reproduz o capital, dependem dos setores produtivos. Não é somente a teoria de Marx que diz isso (e sobre esse ponto específico, ainda mais que sobre outros, ela não chegou até os marxistas), mas até a experiência de todos os dias deixa claro: em tempos de recessão, cultura e educação, preservação da natureza e saúde, financiamentos de associações e defesa do patrimônio, longe de poderem servir de "motor de crescimento", são os primeiros a ser sacrificados pela "falta de finanças". Decerto não se pode "demonstrar" abstratamente que estamos assistindo ao fim da sociedade mercantil plurissecular. Mas certas tendências recentes são efetivamente novas. Um limite *externo* foi atingido, tanto com o esgotamento dos recursos — principalmente do recurso mais importante e o menos substituível: a água potável —, quanto com as mudanças irreversíveis do clima, a extinção de espécies naturais e o desaparecimento de paisagens. Mas o capitalismo também se dirige a um limite *interno*, porque sua linha de desenvolvimento é linear, acumulativa e irreversível, e não cíclica e repetitiva como outras formas de produção. Essa é a única sociedade já existente que contém em sua base uma *contradição* dinâmica, e não somente um *antagonismo*: a transformação do trabalho em valor está historicamente destinada ao esgotamento por causa das tecnologias que substituem o trabalho.

Os sujeitos que vivem nessa época de crise externa e interna sofrem também um desarranjo das estruturas psíquicas que por muito tempo definiram o que é o homem. Esses novos sujeitos imprevisíveis se encontram ao mesmo tempo na posição de gerir potenciais de destruição impressionantes. Finalmente, a redução da criação de valor em todo o mundo traz consigo o fato de que, pela primeira vez, existem — e em todo canto — populações em excesso, supérfluas, que não servem nem mais a serem exploradas. Do ponto de vista da valorização do valor, é a humanidade que começa a ser um luxo supérfluo, um gasto a ser eliminado, um "excedente" — e aqui pode-se dizer que se trata de um fator um tanto novo na história!

Infelizmente, a "crise" não traz a reboque uma "emancipação" garantida. Existem muitas pessoas encolerizadas por terem perdido seu dinheiro, ou sua casa, ou seu trabalho. Mas essa raiva, diferentemente do que sempre acreditou a esquerda radical, não tem nada de emancipatório em si mesma. A crise atual não parece propícia à emergência de tentativas emancipatórias (pelo menos numa primeira fase), mas ao *salve-se quem puder*. Aliás, também não parece muito propícia às grandes manobras de restabelecimento da ordem capitalista, aos totalitarismos, aos novos regimes de acumulação à base de palmatória. O que se anuncia tem antes de qualquer coisa ares de uma barbárie em fogo baixo e nem sempre evidente. Em vez do grande *clash*, podemos esperar uma espiral descendente ao infinito, uma morosidade perpétua deixando

o tempo para que o hábito vá criando raízes. Assistiremos seguramente a uma difusão espetacular da arte de sobreviver de mil maneiras e se adaptar a tudo, em vez de um vasto movimento de reflexão e de solidariedade, no qual todos colocam de lado seus interesses pessoais, esquecem os aspectos negativos de sua socialização e constroem juntos uma sociedade mais humana. Para que tal coisa tivesse lugar, primeiramente seria preciso acontecer uma revolução antropológica. É difícil afirmar que as crises e os desmoronamentos em curso facilitarão uma revolução dessa envergadura. E embora a crise comporte um "decrescimento" forçado, não necessariamente ele vem no bom sentido. A crise não atinge em primeiro lugar os setores "inúteis" do ponto de vista da vida humana, mas os setores "inúteis" para a acumulação do capital. Não serão os armamentos a serem reduzidos, mas os gastos com saúde — e uma vez que aceitamos a lógica do valor, é bastante incoerente protestar contra isso. Então, vamos começar com pequenas coisas, a ajuda entre vizinhos, os sistemas locais de troca, a horta no quintal, o voluntariado nas associações, os "AMAP"?[16] Às vezes, até pode ser simpático. Mas querer barrar a derrocada do sistema mundial com esses meios equivale a querer esvaziar o mar com uma colher.

Mas aonde podem chegar essas considerações cheias de desilusão? Pelo menos a um pouco de lucidez. Dessa forma, pode-se evitar engrossar o coro dos populistas de toda cor que se limitam a resmungar

[16] Associação de apoio à agricultura camponesa. [N.d.T.]

contra os bancos, as finanças e as bolsas, bem como contra aqueles considerados os que controlam. Esse populismo desembocará facilmente na caça "aos inimigos do povo", na parte de baixo (os imigrantes, no caso da França) e na parte de cima (os especuladores, também no caso da França),[17] evitando toda e qualquer crítica dirigida contra as verdadeiras bases do capitalismo, que aparecem, ao contrário, como sinônimo da civilização a ser salva: o trabalho, o dinheiro, a mercadoria, o capital, o Estado.

Efetivamente, dá vertigem encarar o fim de um modo de vida em que todos estamos afundados até o pescoço e que agora está naufragando sem que ninguém tenha decidido, deixando-nos numa paisagem de ruínas. Todos os pretensos antagonistas de antanho, o proletariado e o capital, o trabalho e o dinheiro acumulado correm o risco de desaparecer em conjunto, atados a sua agonia: é a base comum de seus conflitos que está em vias de desaparecimento.

Para sair dessa situação, é necessário um pulo grande demais no desconhecido, e — o que é compreensível! — todo mundo se recusa a isso de antemão. Mas o fato de vivermos um tal ocaso de época é também uma prodigiosa sorte, apesar de tudo. Logo: que a crise se agrave![18] *Não* se trata de salvar "nossa"

[17] Tanto a esquerda como uma certa direita protestaram (pelo menos nos Estados Unidos) contra o salvamento dos bancos.

[18] F. Partant, *Que la crise s'aggrave* [Que a crise se agrave]. Paris: Solin, 1978.

economia e "nosso" modo de vida, mas de empurrá-los ao desaparecimento o mais rapidamente possível, dando lugar nesse ínterim a algo melhor. Tomemos o exemplo dos longos conflitos recentes na educação e na universidade: em vez de se queixar dos créditos reduzidos para a educação e a pesquisa, não seria melhor colocar em questão o próprio fato de a educação e pesquisa estarem condicionadas à "rentabilidade"? Será que é preciso renunciar à vida só porque a acumulação de capital não está mais funcionando?

Enfim, a saída! é o titulo de um quadro de Paul Klee. Já durante a breve crise de outubro de 2008, tinha-se um pouco a impressão de que a tampa não estava aguentando a pressão: começava-se a discutir abertamente acerca das maldades e dos limites do capitalismo. Então, pode-se esperar que durante uma grave crise prolongada as línguas vão se desamarrar, os tabus e os interditos cair por terra, que grande número de pessoas vão questionar espontaneamente o que consideravam até a véspera como "natural" ou "inevitável" e começar a levantar as questões mais simples e as menos frequentemente levantadas: por que há crise se só o que há são meios de produção? Por que morrer de aflição se tudo que é necessário (e até muito mais) está aí? Por que aceitar que tudo aquilo que não serve à acumulação pare de funcionar? Deve-se renunciar a tudo aquilo que não é pagável? Pode ser que, apesar de tudo, como nas fábulas, seja dita a palavra que vai quebrar o encanto.

Violência, mas para quê?

Qual é a face da violência na França? Para alguém que frequenta habitualmente diferentes países europeus, a primeira imagem de violência, desde o momento em que se chega a uma estação ou aeroporto na França, é a polícia. Nunca vi tantos policiais quanto vejo atualmente na França, principalmente em Paris. Nem mesmo na Turquia na época da ditadura militar. Bem que se poderia pensar que um golpe de Estado estaria em marcha, ou que estaríamos num país que vive sob ocupação inimiga. Na Itália ou na Alemanha, não há nada que se compare no momento. E não são quaisquer policiais: têm um ar de brutalidade e de arrogância que desafia qualquer tentativa de comparação. Basta insinuarmos a mínima objeção, por menor que seja — por exemplo, diante de controles de documentos e da revista de bagagens antes do acesso a um trem, algo como nunca se viu —, para nos sentirmos prestes a ir